



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao § 2º do art. 419 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 419.

.....

§ 2º As alíquotas do Imposto Seletivo estabelecidas nas operações com bens minerais extraídos, concursos de prognósticos e fantasy sports respeitarão o percentual máximo de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, incluiu no artigo 404 o inciso VII, abrangendo os serviços de “concursos de prognósticos e fantasy sport” nas hipóteses de incidência do Imposto Seletivo.

Ocorre que os serviços de concursos de prognósticos, por força de Lei 13.756/2018, já recolhem contribuições sociais adicionais ao quanto recolhido por todas as demais modalidades de serviços nacionais. As contribuições e destinações sociais já incidentes nos concursos de prognósticos são reguladas pela Lei 13.756 de 12 de dezembro de 2018, a qual impõe contribuições adicionais à Seguridade Social e destinações para diversas entidades esportivas, culturais, educativas, segurança pública e de apoio à saúde, nos termos de seus artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 30.

Tem-se ainda o desafio da nacionalização do setor, agenda que tem sido enfrentada por este Congresso Nacional nos últimos anos, cuja tributação excessiva apresenta-se como um dos principais desafios.



Em verdade, corre-se importante risco que a incidência do Imposto Seletivo em tais serviços importará em perda da arrecadação para as entidades já beneficiadas nos termos da Lei 13.756/2018, bem como na redução de faturamento dos operadores autorizados no país, em especial a Caixa Econômica Federal e sua rede de lotéricos, e no comprometimento da viabilização do mercado de apostas esportivas e jogos on-line no país, recém regulamentado por este Congresso Nacional.

Elevar a carga fiscal desse setor com um imposto seletivo demasiadamente alto nesse momento tende a tornar o mercado regulamentado brasileiro pouco atrativo, prejudicando os operadores autorizados, a Caixa Econômica Federal, os Lotéricos e todas as entidades beneficiadas com as contribuições e destinações da Lei 13.756/2018, fomentando, apenas, a ilegalidade e o descontrole da atividade.

Ademais, deve-se frisar que os concursos de prognósticos e *fantasy sports* são jogos que se tratam de atividades de lazer que assim como outras atividades, em casos extremos, podem afetar a saúde das pessoas. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os jogos chegam a desenvolver algum tipo de distúrbio em cerca 6% da população global (<https://www.who.int/docs/default-source/substance-use/the-epidemiology-and-impact-of-gambling-disorder-and-other-gambling-related-harm.pdf>).

Os números encontram-se bem abaixo de atividades usualmente conduzidas pelas pessoas, como é o caso da alimentação, que costuma gerar distúrbios em 20% da população mundial (<https://olympicbehavioralhealth.com/rehab-blog/food-addiction/>), ou de outros tipos de produtos presentes no dia a dia das pessoas, como é o caso do álcool, que gera dependência em 7% das pessoas (<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/alcohol>), ou o tabaco, que gera dependência em 22,3% da população global (<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>), segundo dados da OMS.

Portanto, resta claro que os jogos têm natureza de entretenimento e se corretamente regulados e controlados, devem gerar baixo impacto para a população brasileira em termos de saúde.



Assim, a imposição de um novo imposto excessivo tende a ser mais nociva a um setor que está buscando ser regularizado no país, não cumprindo com a sua finalidade principal de desestimular condutas. Com o aumento da carga tributária para esse setor de tecnologia o que se estará desestimulando é o mercado regulado e legal e, diferentemente do que se espera, serão fortalecidas as práticas de um mercado paralelo, sem controle, sem responsabilização, sem proteção ao consumidor e sem recolhimento de tributos.

Necessária, portanto, em assim sendo o interesse dessa Casa, a limitação da alíquota de Imposto Seletivo em percentual menos gravoso para a viabilização da nacionalização da atividade.

Para assegurar que esse mercado possa ser formalizado no país e não sofra as duras consequências de um corte de investimentos e arrecadação, apresentamos esta emenda ao Substitutivo Projeto de Lei Complementar 68, de 2024, e pedimos apoio para sua aprovação.

Sala das sessões, 15 de agosto de 2024.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)

